

A RECONFIGURAÇÃO DA POLÍTICA PARA O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DIANTE DA FLEXIBILIZAÇÃO (1995-2001)

*Carlos Henrique de Carvalho**
*Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho***

Resumo:

Trata-se de um estudo que procura discutir as propostas de reavaliação do ensino superior no Brasil, colocadas pelo Ministério da Educação e Desporto (MEC), objetivando identificar nelas o significado que elas podem trazer ao ensino superior brasileiro.

Palavras Chaves: Ensino superior, proposta, neoliberalismo

Abstract:

This paper aims at discussing the proposals of "re-evaluation" for colleges and universities in Brazil. Such proposals, elaborated by MEC, try to identify the meaning of professional formation in Brazil.

Keys words: Colleges universities, proposals, neo-liberal

Introdução:

A intenção desta proposta de trabalho é discutir as transformações ocorridas no âmbito educacional brasileiro, a partir de meados dos anos 90, tentando identificar as conseqüências destas mudanças para a formação do indivíduo enquanto cidadão e, ao mesmo tempo, compreender como o setor privado interfere nas diretrizes pedagógicas do Estado, ou seja, cria-se a pedagogia do empresariado, a qual se disseminou por toda a América Latina, com a acessão do general Augusto Pinochet no Chile¹.

* Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Doutorando em História pela Universidade de São Paulo. Professor das Faculdades Integradas de Patrocínio (FIP) e Professor do Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM). Membro do Núcleo de Estudos em História e Historiografia Brasileira da UFU.

** Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Professora do Centro de Ensino Superior de Catalão-GO (CESUC) e membro do Núcleo de Estudos em História e Historiografia Brasileira da UFU.

¹ A ditadura Pinochet se iniciou em 07 de Setembro de 1973, com a deposição do governo socialista de Salvador Allende, perdurando por 17 anos. A ditadura do general Pinochet recebeu amplo apoio dos Estados Unidos, o que possibilitou a introdução de medidas neoliberais naquele Estado, entre as quais uma ampla reforma educacional nos anos 80. Diversos autores têm se dedicado à pesquisa sobre a América Latina, as quais trouxeram importantes contribuições teóricas para o desenvolvimento de novas hipóteses a respeito das mudanças políticas ocorridas neste cenário de dependência econômica e

A atual política educacional brasileira, relativa aos cursos de graduação é resultado do projeto neoconservador adotado pelas sociedades trilaterais nos anos 60, o qual sugeria um planejamento educacional de acordo com as metas econômicas e políticas, em relação ao número de empregos existentes, para que não houvesse uma superprodução de pessoas com educação superior na esfera dos empregos disponíveis, o que levaria a uma crise cultural².

Flexibilização do Ensino

A partir dos anos 80, com a reestruturação do capital, em função do questionamento da eficácia e da legitimidade do Estado Providência³, o que tem levado a um desmantelamento das estruturas estatais, a um aumento das desigualdades, a uma exclusão social. A educação, neste cenário, assume uma nova concepção, despertando o interesse do setor privado⁴, o qual começa a investir nessa atividade. Esta ressignificação da educação passa a ser uma exigência do MEC⁵ que, atualmente, vem propondo uma reestruturação curricular nestes moldes. As instituições escolares, por estarem submetidas a um processo de avaliação constante do mesmo órgão⁶, passam a

tecnológicas, que caracterizam esta região. Por outro lado, foi a partir da década de sessenta, e sobretudo depois de 1973, que se impuseram novas interpretações que relacionavam a militarização com a ação de interesses externos às sociedades latino-americanas. cf. ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. São Paulo: Alfa-Omega, 1984; COLLIER, David (org) **O novo autoritarismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

²cf. SILVA, Luiz Heron da. **Qual conhecimento, qual currículo?** Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

³ Tal Estado designa o financiamento público das despesas sociais consagradas ao ensino, aos serviços de saúde, às pensões, à seguridade social. O Estado Providência representa um pacto social entre o trabalho e o capital, no qual os cidadãos podem aspirar a níveis mínimos de bem-estar social, como direito à cidadania. É também um Estado que exerceu atividades protecionistas na economia, apoiando o crescimento do mercado interno e o modelo de substituição de importação, no caso da América Latina.

⁴ A discussão em torno da flexibilização do ensino, no âmbito do setor privado, não será objeto de análise deste trabalho, mas sabemos de antemão que tais propostas foram abraçadas pelas instituições particulares, as quais vêm de uma certa forma, limitando o espectro de conhecimento de seus cursos de graduação, ao salientar que esses cursos devem atender única e exclusivamente as exigências colocadas pelo mercado, no que tange a formação e qualificação de mão-de-obra.

⁵ Conforme obra organizada pelas professoras Naura Ferreira e Márcia Aguiar, as quais refletem sobre a política e a gestão da educação diante da reconfiguração do capital, baseada na hegemonia do mercado, o qual vem provocando uma diminuição da participação do Estado na promoção das políticas sociais. Cf. FERREIRA, Naura Syria Carapeto e AGUIAR, Márcia Angela da S. *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*. São Paulo: Cortez, 2001.

⁶ Segundo Paulo Renato, “os instrumentos de avaliação que vão auxiliar o Ministério nesta tarefa são o Exame Nacional de Cursos (Provão), o Censo do Ensino Superior, que fornece indicadores sobre o perfil do corpo docente e o desempenho das instituições e, por fim, o trabalho das comissões de especialistas da SESu, que fazem a verificação das condições de oferta dos cursos. Todos estes indicadores vão compor um único banco de dados que está sendo desenvolvido pelo Ministério e que servirá como principal provedor de informações para a análise dos processos de recredenciamento das instituições e de renovação do reconhecimento dos cursos. "O controle burocrático e processual será substituído por um

se preocupar mais em se adequar ao novo padrão exigido, minimizando a atenção dada aos aspectos indispensáveis a uma boa formação.

Durante a década de 90 e, principalmente, a partir de 1995, vários programas foram criados para incentivar a universalização do acesso ao ensino fundamental, para reduzir as taxas de analfabetismo e corrigir as distorções série/idade, o que levou ao crescimento de matrícula no ensino médio⁷. Apesar deste crescimento de matrícula no ensino médio, o Brasil só possui 28% de adultos com formação secundária, portanto, as taxas brasileiras ficam abaixo das taxas de países da América Latina, como Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, estando à frente, no ensino fundamental, de países como a Índia, a Indonésia e o Paraguai.

A melhoria do desempenho do sistema de educação básica tem elevado a demanda por ensino superior, o que está produzindo uma forte retomada do processo de ampliação de vagas neste âmbito.

Pelo fato do governo federal ter canalizado recursos para apoiar os esforços de universalização do ensino fundamental⁸, o MEC priorizou sua atuação nessa esfera de ensino, com a criação de vários programas para o ensino fundamental; deixando os demais níveis para um plano secundário. Porém, a pressão da demanda sobre o ensino superior continua aumentando, exigindo a ampliação de vagas nesse âmbito, o que abre espaço para a expansão do setor privado⁹. Além do mais, o próprio ministro anunciou recentemente, em razão da greve das Federais, em “Comunicado às Universidades Federais”, veiculado pela Internet, que a absorção da demanda por ensino superior não poderá ser feita exclusivamente pelas Universidades Federais, mas principalmente pelo setor privado, sujeito a padrões de qualidade e avaliação: “Ser contra a expansão do

sistema transparente, baseado em critérios de qualidade”, antecipou o ministro” (www.mec.gov.br 18/09/01)

⁷ Conforme dados do MEC, entre 1991 e 1999, a matrícula no ensino médio cresceu 136%, sendo que, nos últimos cinco anos, teve uma taxa de crescimento anual superior a 10%. Somente entre 1994 e 1999, a matrícula neste nível de ensino cresceu 57,4%, saltando de 800 mil alunos matriculados para 2 milhões. Mas, a taxa de escolarização líquida (33,4% da população de 15 a 17 anos) ainda é considerada baixa, apesar de já ter crescido 43,6% nos últimos cinco anos.

⁸ Segundo o artigo 4º do título III da Lei n.º 9394/96 de 20 de Dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, o “dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria”. Dessa forma, evidencia-se a prioridade dada ao ensino fundamental, em detrimento dos demais níveis.

⁹ Em 1998, o setor privado já possuía a maioria de alunos matriculados (1.321.229) em relação às federais (408.640), às estaduais (274.934) e às municipais (121.155).

ensino superior privado – sujeito, bem entendido, a padrões de qualidade a avaliação – é uma postura excludente e elitista, que inviabiliza o atendimento dessa nova demanda”¹⁰.

Diante de tal situação, as comissões do MEC estão propondo mudanças na estrutura curricular dos cursos de graduação, na tentativa de diminuir a rigidez da seqüência curricular dos cursos que, segundo especialistas do MEC, exibem cargas horárias excessivas e fragmentação de conteúdos. Daí a proposta de flexibilização dos conteúdos e habilidades, atendendo às demandas impostas pelo dinamismo do mercado de trabalho e pelo ambiente acelerado de mudança do conhecimento.

Propondo algumas observações preliminares, a respeito dessa suposta melhoria para os cursos de graduação, podemos, então, fazer algumas indagações. O sistema de flexibilização curricular melhora a qualidade do ensino? Qual a relevância da avaliação institucional para a qualidade da educação? Qual é a perspectiva de qualidade presente nestas propostas do MEC? Qual é o tipo de formação superior idealizado nas propostas do MEC? Estas propostas não estariam aumentando a preocupação com os resultados da educação superior, em detrimento da qualidade na formação dos indivíduos?

Após a leitura de vários documentos do MEC e do Banco Mundial, passamos a questionar o impacto das propostas para a educação. Há uma grande preocupação, principalmente no meio acadêmico, em relação à qualidade do ensino superior frente à reestruturação curricular dos cursos, proposta nos documentos elaborados pelo MEC nos últimos cinco anos.

Ao analisarmos a concepção de qualidade presente nos relatórios do Banco Mundial e do MEC, os quais vinculam qualidade à eficiência e produtividade, imaginamos que esta perspectiva deve ir além desses fatores, pois a educação deve sim promover a formação profissional, mas, por outro lado, é fundamental que se preocupe com a formação do cidadão, não só para atender as exigências do atual mercado de trabalho. É nesse sentido que pretendemos refletir sobre o impacto destas mudanças nas instituições públicas de ensino superior.

A reestruturação das IES se tornou mais evidente após a promulgação da Portaria n.º 755 de 11/05/99, a qual dispõe sobre a renovação do reconhecimento de cursos superiores do sistema federal de ensino¹¹. Ao ser instituída a Avaliação das

¹⁰ Comunicado às universidades federais. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>> Acesso em: 18 nov. 01.

¹¹ A SESu irá enviar várias comissões técnicas de especialistas às IES para analisar todos os cursos que tiraram conceitos D ou E em três avaliações consecutivas, realizadas pelo Exame Nacional de Cursos, ou que foram classificados com o conceito CI (condições insuficientes) em dois ou três itens verificados

Condições de Oferta de Cursos de Graduação pela Secretaria de Educação Superior (SESu), cujo objetivo é avaliar os cursos de graduação submetidos ao Exame Nacional de Cursos (Provão), com relação à qualificação de seu corpo docente, a sua organização didático-pedagógica e as suas instalações, as IES começaram a se preocupar em atender as recomendações específicas dos especialistas do MEC, tendo em vista a advertência do ministro da educação:

"Quando foram feitas as visitas de verificação das condições de oferta dos cursos, as comissões de especialistas fizeram recomendações específicas, apontando as deficiências de cada curso. O que vamos verificar agora é se essas recomendações foram cumpridas. Quem não se mexer para melhorar a qualidade, vai fechar. O que estamos fazendo com essas medidas é garantir o direito dos alunos a uma boa educação. Direito este assegurado na Constituição. Vamos acompanhar, vigilantes, a evolução do sistema, avaliando para identificar os problemas e apontar as soluções que podem ser encaminhadas para que sejam feitas as correções de rumo necessárias." ¹²

Tendo em vista a advertência do ministro da educação, as IES iniciaram o processo de reestruturação dos seus cursos. Como já foi salientado anteriormente, a pressão da demanda sobre o ensino superior continua aumentando, tendo em vista o aumento do número de concluintes do ensino médio e, diante da atual conjuntura, na qual prevalece o corte de recursos investidos na área social, o MEC estimula a diversificação do sistema de ensino superior.

Diante de tal situação, através das Portarias n.º 612 de 12/4/99 e n.º 514 de 22/3/01 foi regulamentado o funcionamento dos cursos sequenciais; que são cursos superiores de curta duração, voltados para uma formação profissional específica ou, então, para complementação de estudos, com o objetivo de absorver uma parte desta demanda por vagas, criada pelos alunos que estão concluindo o ensino médio. Isso fica evidente no discurso de Abílio Baeta Neves, que salienta: "Os cursos sequenciais já absorvem grande parte da demanda por vagas no ensino superior nos Estados Unidos,

pelas comissões de especialistas da SESu. As comissões técnicas da SESu terão 30 dias, após serem nomeadas, para elaborar parecer sobre a qualificação do corpo docente; organização didático-pedagógica; e instalações físicas, especialmente das bibliotecas e dos laboratórios de cada curso

¹² Ministro da educação anuncia critérios para renovação do reconhecimento de cursos superiores. Disponível em <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 18 set.01.

no Canadá e nos países europeus, e podem vir a ajudar o Brasil a massificar o acesso ao ensino superior."¹³

Outro objetivo dos especialistas do MEC, ao regulamentarem os cursos sequenciais, é aligeirar a formação, tendo em vista que são “*cursos mais curtos e altamente profissionalizantes*”¹⁴ e, conseqüentemente, menos onerosos.

(Re)configurando o ensino superior no Brasil

Percebe-se uma semelhança entre os pontos da pauta dos governos, em relação à educação superior dos anos 60 e a atual conjuntura: as políticas de ambos visam a contenção de gastos públicos com o setor educacional, como também à questão da avaliação das instituições em suas várias esferas.

No Brasil, os ataques ao ideário de Estado de Bem-Estar social, colocaram-se a partir do final dos anos 80, sob a forma de críticas ao chamado Estado nacional-desenvolvimentista.

“Não obstante a ausência de um Welfare State no país, a legislação trabalhista herdada da Era Vargas, a tradição intervencionista do Estado e, mais especificamente, os direitos sociais inscritos na Constituição Federal de 1988, constituíram-se alvos de violentos ataques. Com o processo inflacionário, ao final daquela década, o Brasil tornara-se objeto de pressão das agências financeiras internacionais no sentido de fixação de uma política de contenção dos gastos públicos e de reformas que levassem ao ‘enxugamento’ do Estado.”¹⁵

Várias iniciativas foram tomadas ao longo dos anos 80 no sentido de rever a reforma universitária, como por exemplo: a criação do Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), a constituição a Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior (CNRES). Muitas destas propostas irão aparecer nas políticas governamentais nos anos 90, implementadas pelo Ministério da Educação

¹³Ministro da educação anuncia critérios para renovação do reconhecimento de cursos superiores. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em 18 set. 01.

¹⁴ Uma reflexão sobre o papel dos cursos sequenciais na universidade. Disponível em: <<http://www.unesp.br>>. Acesso em 14 abr. 01 .

¹⁵ Idem, p.4

e Desporto (MEC), a partir da aprovação da Lei nº 9131/95 e da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96)¹⁶.

“As medidas mais efetivas no sentido de alterar a educação superior foram, já no governo Itamar, a extinção do Conselho Federal de Educação (CFE) e a criação do Conselho Nacional de Educação (CNE) nos moldes das recomendações feitas pela CNRES e, ainda, a extinção da exigência do princípio da universalidade de campo para as instituições universitárias.”¹⁷

O processo de reconfiguração da educação superior¹⁸ no Brasil está articulado com as alterações no mundo do trabalho, ocasionadas pela reestruturação produtiva (acumulação flexível), que interferem na esfera da produção do conhecimento e da formação profissional.¹⁹ Como no processo de acumulação flexível, os mercados, os processos de trabalho, a produção e os padrões de consumo devem obedecer uma flexibilização. Nesse sentido, esta lógica também é aplicada à educação, provocando uma metamorfose curricular, isto é, os currículos de formação profissional também devem ser flexíveis, para acompanhar as mudanças do mundo globalizado.

Podemos falar numa redefinição da Teoria do Capital Humano²⁰, na medida em que articula educação e empregabilidade, tendo em vista que os modelos de formação exigidos atualmente pelo paradigma da produção são o desenvolvimento da polivalência e da flexibilidade profissional.

A partir de então, o MEC começou a repensar os perfis profissionais e os programas de formação, qualificação e requalificação das instituições formadoras, principalmente, as universidades.

“Neste cenário, as alterações preconizadas pela reforma educacional no Brasil redirecionam o papel da educação e da escola e, conseqüentemente, aliam a formação e a qualificação como elementos fundamentais ao processo

¹⁶ cf. SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional**. Campinas (SP): Autores Associados, 1998.

¹⁷ Idem, p.5

¹⁸ Todas as reformulações legais, aplicadas no âmbito educacional, vão de encontro às exigências do ideário neoliberal. Conforme observações de Frigotto "o ideário neoliberal, sob as categorias de qualidade total, formação abstrata e polivalente, flexibilidade, participação, autonomia e descentralização, está impondo uma atomização e fragmentação do sistema educacional e do processo de conhecimento escolar". Cf. FRIGOTTO, Gaudêncio. "Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose do campo educacional" In: GENTILI, Pablo (org) **Pedagogia da Exclusão**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998, p.79.

¹⁹ São significativos os estudos sobre educação e mercado de trabalho no Brasil, entre eles podemos destacar: BRUNHOFF, Suzanne de. **A hora do mercado: crítica do neoliberalismo**. São Paulo: UNESP, 1991. GETILLE, Pablo. **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.

²⁰ Cf. o BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**.

de competitividade resultando, assim, em ações político-pedagógicas no âmbito dos currículos da educação formal e não-formal.”²¹

A discussão curricular adquire centralidade, daí as novas propostas do MEC: Parâmetros Curriculares Nacionais, Parâmetros em Ação e reconfiguração do ensino superior baseada na flexibilidade e avaliação.

A Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC), foi quem iniciou a reforma curricular dos cursos de graduação, através do Edital nº04, de 04 de Dezembro de 1997, cujo objetivo é adaptar os currículos às mudanças dos perfis profissionais.

“Os princípios orientadores adotados para as mudanças curriculares dos cursos de graduação foram: flexibilidade na organização curricular, dinamicidade do currículo, adaptação às demandas do mercado de trabalho, integração entre graduação e pós-graduação, ênfase na formação geral e definição e desenvolvimento de competências e habilidades gerais.”²²

O Parecer nº 776/97 de 03 de Dezembro de 1997 também trata das diretrizes curriculares dos cursos de graduação, propondo a eliminação dos currículos mínimos, tendo em vista que estas disciplinas obrigatórias ampliam, desnecessariamente, o tempo de duração dos cursos.

As características que o currículo deve apresentar foram discutidas no Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras. São elas:

“...flexibilidade na estrutura, permitindo ao aluno diversificação de sua formação; variedade na oferta de tipos de atividades para a integralização curricular; articulação entre atividades desenvolvidas pelo aluno no âmbito da Universidade com aquelas de seu campo de atuação profissional; ênfase em atividades centradas na criatividade e na capacidade de (re)construir, (re)estruturar, (re)ordenar e buscar novas interpretações às situações propostas.”²³

²¹ CATANI, Afrânio Mendes et alli. **Mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular dos cursos de graduação no Brasil.** Trabalho apresentado na 23ª Reunião Anual da ANPED realizada em Caxambu de 24 a 28 de Setembro de 2000 (cd hom), p.3.

²² Idem, p.4

²³ Idem, p.4

As Diretrizes Curriculares propostas visam ao aligeiramento da formação, pois segundo os consultores do MEC, são responsáveis pelo elevado índice de evasão dos cursos. Porém, este aligeiramento objetiva diminuir os recursos do Tesouro, empregados na educação superior, tendo em vista a política de cortes sociais encaminhada pelo Estado na última década.

O ideário da flexibilização curricular busca adaptar os indivíduos às exigências do mercado e diminuir a possibilidade de acesso dos mesmos às matrizes epistemológicas dos cursos, sendo esta a responsável pela formação ética, cultural e política, ou melhor, da cidadania.

Outras reformas propostas pelo MEC, para as instituições de ensino superior, também foram aprovadas, tais como: a proposta para a escolha de dirigentes das universidades federais (Lei nº 9192/95), a proposta de instituir o exame final de curso para os alunos que concluem a graduação (Lei nº 9131/95), o estímulo à diversificação das instituições de ensino superior no país. Estas propostas dissociam o ensino e a pesquisa, em detrimento desta última, prejudicando nossa produção científica e tecnológica, contribuindo, assim, para a nossa condição de dependência no chamado mercado global.

“A primeira providência deste governo foi a aprovação da Lei nº 9131, de Dezembro de 1995, que reformulou o Conselho Nacional de Educação e redefiniu as bases da criação de novas instituições, tendo em vista a expansão com qualidade para fazer frente à crescente demanda por ensino superior. O novo sistema assenta-se em três pontos: flexibilidade, competitividade e avaliação.”²⁴

O governo vem apostando na avaliação como forma de garantir um “elevado padrão de qualidade”, daí a criação do Exame Nacional de Cursos (Provão) e do sistema de avaliação das condições de oferta do ensino superior, cujos resultados são analisados no recredenciamento periódico das instituições.

“As profundas transformações por que passa o ensino superior brasileiro tiveram na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada

²⁴ SOUZA, Paulo Renato. **Enfrentar e vencer desafios**. Brasília: MEC, Abril, 2000, p. 8.

em Dezembro de 1996, sua peça fundamental. A partir da LDB, promoveu-se a diversificação do sistema.²⁵

A LDB também prevê mudanças nas Diretrizes Curriculares de Graduação como, por exemplo, a flexibilização curricular, um dos seis princípios deflagrados no processo de mudança por que vem passando o ensino superior desde 1995. Os outros princípios são: expansão, diversificação, avaliação, supervisão e qualificação.

Com relação à expansão, “o sistema de ensino superior era composto, há seis anos, por 851 instituições, das quais 633 - cerca de $\frac{3}{4}$ - na rede particular, com forte concentração regional no Sudeste, que tinha 539 instituições ou dois terços do total.”²⁶

Estes dados refletem a restrita estrutura de oferta de vagas e, principalmente, o baixo desempenho do ensino fundamental. Portanto, a expansão do ensino superior requeria políticas voltadas para a melhoria dos níveis educacionais mais baixos, daí a justificativa do MEC para a criação dos programas direcionados para o ensino fundamental e a prioridade dada pelo governo para este nível de ensino.

A adoção destes programas levou a um acréscimo de 28% de matrículas no ensino superior de 1994 a 1998. Porém, esta expansão aconteceu na rede privada de ensino e nas regiões Sul e Sudeste, conforme pode ser observado no quadro abaixo:

ANO	MATRÍCULA POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				
	TOTAL	PÚBLICO	%	PRIVADO	%
1994	1.661.034	690.450	41,6	970.584	58,4
1995	1.759.703	700.540	39,8	1.059.163	60,2
1996	1.868.529	735.427	39,4	1.133.102	60,6
1997	1.945.615	759.182	39,0	1.186.433	61,0
1998	2.215.958	804.729	37,9	1.321.229	62,1
Taxa de cresc.	28,0%	16,6%	36,1%	94/98	

Fonte: Ministério da Educação/INEP/SEEC

Este aumento da procura por ensino superior levou ao crescimento do número de pedidos de autorização para a abertura de cursos, apesar da grande parte das 424 mil novas matrículas registradas, são resultado da ampliação de vagas em instituições já

²⁵ Idem, p.8

²⁶ Idem, p.9

existentes, o que vem prejudicando a qualidade do ensino destas instituições, pois atende-se a um número maior de alunos com a mesma estrutura. Neste aspecto,

“Nos últimos cinco anos, o Ministério da Educação analisou 5972 solicitações, mas aprovou o funcionamento de 1014 novos cursos- ou seja menos de 18% dos pedidos- que garantiram um acréscimo de cerca de cem mil vagas. Percebe-se, portanto, que o crescimento da matrícula não tem sido impulsionado apenas pela abertura de novos cursos. Grande parte das 424 mil novas matrículas registradas, nesse período, é resultado da ampliação de vagas em instituições já existentes.”²⁷

Em decorrência do crescimento da demanda, pelo ensino superior no Brasil, o Conselho Nacional de Educação (CNE) criou uma nova modalidade de curso superior no país: os cursos seqüenciais com duração de dois anos. Eles podem ser de formação específica ou de complementação de estudos. Estes cursos foram criados para absorver parte dos alunos que concluem o ensino médio. Tal situação caracteriza a ineficiência, ou melhor, o descomprometimento do Estado em relação à educação, pois não há vagas suficientes para todos nos cursos de graduação.

Com a LDB e o Decreto 2306 de 1997, foi criado um complexo sistema de indicadores para avaliar a graduação, porém como os resultados desta avaliação são divulgados amplamente, acabou criando um “ranking” entre as universidades e, ao mesmo tempo, uma “rotulação” dos alunos dos cursos que receberam conceitos regulares ou insuficientes.

Esta avaliação verificou o desempenho dos graduandos não durante o curso, mas numa prova realizada ao final do mesmo. Avalia-se, ainda, qualificação do corpo docente, as instalações físicas e a organização didático-pedagógica.

Com relação a qualificação do corpo docente, avalia-se a titulação (mestre ou doutor), a produção científica do docente/pesquisador, sua participação em eventos científicos e o número de artigos publicados, o que acaba contribuindo para a massificação da produção científica, ou o que é pior, a não produção. De acordo com Catani, “é o mesmo trabalho publicado em diferentes revistas com diferentes títulos; é o mesmo trabalho que mediante alterações mínimas ganha nova ‘roupagem’.”²⁸

²⁷ Idem, p.12

²⁸ TARGINO, Maria das Graças. **Avaliação dos cursos de pós-graduação: estímulo ou coerção.** Infocapes- Boletim Informativo da CAPES. Brasília: Estudos & Dados, vol.7, nº1, 1999, p.21.

Novos processos seletivos, de acesso ao ensino superior, foram criados: Enem, Paies etc.

“O Brasil tem, hoje, 57 instituições federais de ensino superior, das quais 39 são universidades. Para mantê-las, o Ministério da Educação destina, anualmente, o equivalente a 0,7% do Produto Interno Bruto. As instituições públicas de graduação têm cerca de 20% do total de alunos do ensino superior. Nos últimos cinco anos, o sistema federal abriu 63 mil novas vagas, o que significa um crescimento de quase 15%, e responde por mais da metade das matrículas nas instituições públicas. As estaduais têm cerca de 270 mil alunos e as municipais, 124 mil. As instituições particulares são responsáveis por 62% dos 2,1 milhões de matrículas no ensino superior. É na pós-graduação, contudo, que as instituições públicas mais se distinguem. São elas que praticamente sustentam a qualificação de alto nível no país, incluindo a formação de mestres e doutores para o ensino superior privado. Dos cem mil alunos de mestrado e doutorado, 83% estão no sistema público de ensino superior, com as instituições federais assegurando quase metade das matrículas. O sistema público funciona, portanto, como o grande centro irradiador de qualidade do ensino superior brasileiro. A análise do quadro docente também é amplamente favorável ao sistema público de ensino superior. Os professores com doutorado ainda estão muito concentrados nas instituições públicas, que são as únicas que têm, igualmente, condições de manter amplos quadros de professores permanentes em tempo integral. Nas escolas públicas, cerca de 70% dos docentes trabalham em tempo integral.”²⁹

O atual governo prioriza a graduação, se descomprometendo com a política de formação de quadros de alto nível, o que prejudicará a qualidade do ensino em todos os níveis, pois "em sua política para o ensino superior, a decisão mais importante tomada pelo governo foi a de dar prioridade à graduação, tanto em relação aos investimentos quanto à valorização da atividade docente."³⁰

Porém, segundo os consultores do MEC, o Brasil tem um dos sistemas mais caros do mundo e, juntamente com os Estados Unidos, um elevado gasto com ensino superior, daí sua proposta de incremento de vagas com a simples eliminação da capacidade ociosa das instituições, principalmente, das federais.

Considerações Finais

²⁹ Op cit, p.21

³⁰ Op cit, p.23

Percebe-se que final do século passado e no início do terceiro milênio vivenciamos enormes progressos em diferentes áreas, porém, o mesmo se fez a custo de um traumático retrocesso na área social, gerando grave crise de redistribuição de renda e, conseqüentemente, uma crescente polarização social, principalmente, naqueles países que não se preocuparam em manter, pelo menos os elementos do Estado de Bem-Estar, responsável pelo fornecimento do padrão mínimo de vida aos cidadãos, para que eles possam ter seus direitos fundamentais garantidos.

Estes problemas estruturais são agravados nos países em desenvolvimento, pelo ônus cada vez maior da dívida externa. Os chamados países emergentes estão vivenciado ajustes estruturais e cortes orçamentários nos setores sociais e educativos, para pagar os serviços da dívida, condição mínima imposta pelos Organismos Internacionais, para que continuem participando do mercado internacional.

As diretrizes deste ajuste podem ser conferidas nas estratégias e políticas educacionais adotadas pelos países devedores, em especial o Brasil. Daí a ênfase do MEC nos princípios de flexibilidade, avaliação e diversificação na reestruturação dos currículos dos cursos superiores brasileiros, em busca de um aligeiramento da formação dos indivíduos, para atender tanto ao mercado de trabalho, quanto a proposta neoliberal de cortes nos gastos sociais.

O processo de reconfiguração da educação superior no Brasil articula-se com as alterações no mundo do trabalho e busca muito mais atender às exigências profissionais, impostas pelos novos paradigmas da produção, do que contribuir para a formação ética, cultural e política dos indivíduos, o que nos distancia de uma educação ética e de uma “sociedade do conhecimento”, tornando-nos cada vez mais dependentes dos países hegemônicos do capitalismo.

Por outro lado, os mentores do MEC e SESU defendem uma formação “que extrapole a aptidão específica de seu campo de atuação profissional” e, segundo eles, a reestruturação curricular que propõem tem como fundamento “oferecer ao aluno a possibilidade de ampliar os horizontes do conhecimento”, daí a defesa da flexibilização curricular.³¹

³¹Desafios atuais da universidade. Disponível em : <[http:// www.ufmg.br/prograd/flex/index](http://www.ufmg.br/prograd/flex/index)>. Acesso em:05 mai.01.

Faz-se necessário, então, refletir sobre a relevância dos cursos seqüenciais nesta conjuntura, tendo em vista que representam uma alternativa de formação superior específica, que atesta conhecimento acadêmico em um determinado campo de saber.

Parece-nos claro que as propostas de mudança na estrutura curricular das IES estão fundamentadas na proposta neoliberal de diminuição de recursos investidos na educação, tendo em vista que se preocupam mais com o aligeiramento da formação superior para o mercado de trabalho, e não em melhorar a qualidade da educação, enquanto processo de formação de cidadãos.

Referências:

APPLE, Michael W. **Educação e Poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial**, 1997.

BRUNHOFF, Suzanne de. **A Hora do Mercado: crítica do neoliberalismo**. São Paulo: UNESP, 1991.

CARDOSO, Ruth. **Ninguém fica fora**. Educação, ano 26, n° 224, dezembro/99, pp.4-7.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. **Resultados e tendências da educação superior no Brasil**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em 25.ago.01.

CATANI, Afrânio Mendes. **Novas perspectivas nas políticas de educação superior na América Latina no limiar do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 1998.

CHAIM, Célia. **“A Conta da Ignorância é Pesada”**. Exame, ano XXVI, n.º 26, 1994, p.68.

CHAUI, Marilena. **“A Universidade Operacional”**. Folha de S. Paulo. 9/5/99.

CHOSSUDOVSKY, Michael. **A globalização da pobreza**. São Paulo: Moderna, 1999. Comunicado às universidades federais. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>> Acesso: em: 18 set. 01.

Cursos seqüenciais . . Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>> Acesso: em: 25 ago. 01.

Desafios atuais da universidade. Disponível em : <<http://www.ufmg.br/prograd/flex/index>>. Acesso em:05 mai.01.

Estudo do Inep aponta os desafios para a educação brasileira. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>> Acesso: em: 25 ago. 01.

FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. **O orçamento público: algumas considerações conceituais e suas implicações para o financiamento da educação.**

Trabalho apresentado na 23ª Reunião Anual da ANPED realizada em Caxambu de 24 a 28 de Setembro de 2000 (cd-hom).

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GENTILI, Pablo. **A falsificação do consenso**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Globalização excludente**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **Pedagogia da Exclusão**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

IMBERNÓN, Francisco (org.). **A educação no século XXI: os desafios do futuro imediato**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

MARTIN, Hans-Peter e SCHUMANN, Harald. **A armadilha da globalização/ o assalto a democracia e ao bem-estar social**. 6ª ed. São Paulo: Globo, 1999.

Ministro da educação anuncia critérios para renovação do reconhecimento de cursos superiores. Disponível em: <[http:// www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)>. Acesso em 18 set. 01.

OINEGUE, Eduardo. **O Rosto do Ensino Superior**. Veja, ano 30, n.º 17, ed. 1493, 30 /4/1997.

PERONI, Vera Maria Vidal. **O estado brasileiro e a política educacional dos anos 90**. Trabalho apresentado na 23ª Reunião Anual da ANPED realizada em Caxambu de 24 a 28 de Setembro de 2000 (cd-hom).

RIBEIRO, Maria das Graças M. **Crise do capital, neoconservadorismo e educação superior**. Trabalho apresentado na 23ª Reunião Anual da ANPED realizada em Caxambu de 24 a 28 de Setembro de 2000 (cd-hom).

SADER, Emir e GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SAVIANI, Dermeval. **Da Nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação: Por Uma Outra Política Educacional**. Campinas: Autores Associados, 1998.

SILVA, Luiz Heron da. **Qual conhecimento, qual currículo?** Petrópolis: Vozes, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu e outros. **Escola S.A: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília, CNTE, 1996.

SOUZA, Paulo Renato. **Enfrentar e vencer desafios**. Brasília: MEC, Abril, 2000.

TARGINO, Maria das Graças. **Avaliação dos cursos de pós-graduação: estímulo ou coerção**. Infocapes- Boletim Informativo da CAPES. Brasília: Estudos & Dados, vol.7, n°1, 1999.

Uma reflexão sobre o papel dos cursos seqüenciais na universidade. Disponível em: <<http://www.unesp.br>>. Acesso em 14 abr. 01.